



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 262/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- **Constituição Federal;**
- **Constituição do Estado de São Paulo;**
- **Lei Orgânica do Município;**
- **Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- **Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- **Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- **Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1864, de 29 de setembro de 2003**, que institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências;
- **Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1863, de 29 de setembro de 2003**, que institui a Política Nacional de Atenção às Urgências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- **Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995**, que estabelece o Código de Saúde no Estado;
- **Lei Municipal nº 12.541, de 29 de dezembro de 1997**, que dispõe sobre o diagnóstico precoce de fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito nos equipamentos da Rede Municipal de Saúde;
- **Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998**, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto nº 53.990/13;
- **Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998**, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 13.211, de 13 de novembro de 2001**, que dispõe sobre a instituição do Programa de Proteção à Saúde da Gestante e do Recém-nascido, regulamentada pelo Decreto nº 46.966/06;
- **Lei Municipal nº 13.463, de 3 de dezembro de 2002**, que dispõe sobre a realização de exames de catarata e glaucoma congênitos nos recém-nascidos em hospitais públicos da rede municipal de saúde;
- **Lei Municipal nº 13.561, de 17 de abril de 2003**, que dispõe sobre a notificação do nascimento de crianças aos postos de saúde, através do órgão municipal de saúde, para os fins que especifica, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004**, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- **Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005**, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007**, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010;
- **Lei Municipal nº 14.419, de 31 de maio de 2007**, que determina a realização de audiometria em recém-nascidos nas unidades da rede pública municipal de saúde;
- **Lei Municipal nº 14.966, de 21 de julho de 2009**, que estabelece diretrizes a serem observadas no atendimento ao recém-nascido, pré-termo ou de baixo peso, denominadas de Programa Mãe Canguru, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 15.040, de 27 de novembro de 2009**, que disciplina a divulgação do Programa Aprendendo com Saúde, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 15.943, de 23/12/2013**, que dispõe sobre o diagnóstico de gestantes portadoras do vírus HIV e prevenção da transmissão do mesmo aos fetos e crianças recém-nascidas.
- **Lei Municipal nº 16.563, de 07/11/2016**, que dispõe sobre diretrizes para a conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 16.527, de 25/07/2016**, que dispõe sobre a realização do exame de oximetria em todos os recém-nascidos na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 16.710, de 11 de outubro de 2017**, que dispõe sobre princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas públicas pela primeira infância no Município de São Paulo e sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância.



- **Lei Municipal nº 17.585, de 26/07/2021**, que institui a campanha Check-up Geral das Mulheres, para alerta e prevenção de doenças;

- **Lei Municipal nº 17.546, de 12/01/2021**, que institui o Sistema de Diagnóstico Precoce de Deficiência em recém-nascido, no âmbito do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 17.569, de 08/06/2021**, que dispõe sobre a criação do Programa de Proteção Cerebral para Prevenção de Sequelas Neurológicas em Bebês no Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 17.811, de 03/06/2022**, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais e maternidades oferecerem orientação de primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita de recém-nascidos, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 18.028, de 28/11/2023**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, na primeira semana de setembro, a Semana de Prevenção da Asfixia Perinatal.

PL 1444/2025 Institui o Programa Municipal de Saúde Emocional da Primeira Infância no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1010/2025 Cria o programa municipal Rede de Apoio à Infância - Cuidar é Viver, no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 293/2025 Institui a Política Municipal de Cuidados.

PL 605/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos públicos do Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 606/2025 Institui diretrizes para a política de atenção à saúde mental materna no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 287/2025 Cria normas de segurança para recém-nascidos e menores de 14 anos nos hospitais no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 233/2025 Dispõe sobre o amparo especial a ser fornecido às mães parturientes cujos filhos recém-nascidos apresentem qualquer tipo de deficiência ou patologia crônica e dá outras providências.

PR 24/2025 Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar pela Primeira Infância.

PL 195/2024 Dispõe sobre a instituição de campanha permanente de conscientização sobre a entrega voluntária de recém-nascidos para adoção e dá outras providências.

PL 192/2024 Dispõe sobre afixação de cartaz informativo sobre o atendimento de pessoas com gestação indesejada no âmbito do Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068